

JOGO RÁPIDO

O AMANHÃ NÃO ESTÁ À VENDA
De 9 a 12 de julho, vem aí a reunião da
Direção Nacional da ASSIBGE-SN!



COM TIRANOS, NÃO COMBINAM BRASILEIROS CORAÇÕES.

JOGO RÁPIDO – VOL. 396 | JUN. 2026

IBGE: por trás da narrativa oficial, uma crise mais profunda

A direção do IBGE tenta reescrever os fatos ao afirmar que a ruptura com a ASSIBGE-SN ocorreu apenas em função das portarias sobre trabalho remoto ou da reorganização de prédios administrativos. A realidade é muito mais profunda e vem sendo denunciada pelos trabalhadores e trabalhadoras desde o início da atual gestão.

A crise institucional no IBGE não nasceu de divergências pontuais sobre escala presencial. Ela resulta de um processo contínuo de desmonte das relações de trabalho, precarização, autoritarismo administrativo e esvaziamento dos espaços democráticos de debate dentro do Instituto.

A tentativa da atual gestão de atribuir a crise institucional do IBGE a supostos interesses corporativos do sindicato também não se sustenta nos fatos. Das mais de 500 matérias publicadas pela ASSIBGE-SN desde 2023, apenas cinco trataram diretamente do tema do trabalho remoto. Parte dessas publicações, inclusive, tinha como objetivo comunicar à categoria que o sindicato não era contrário ao PGD, mas defendia debate democrático, regras transparentes e garantia de direitos para os trabalhadores.

A ASSIBGE-SN denunciou reiteradamente a ampliação da contratação precária e temporária para funções permanentes e a tentativa de criação do IBGE+, uma estrutura de direito privado rejeitada por grande parte dos trabalhadores por representar um ataque ao caráter público do Instituto, abrindo espaço para privatização, terceirização, influência privada sobre áreas estratégicas e precarização ainda maior das relações de trabalho.

O sindicato denunciou também a falta de transparência nas decisões estratégicas, o enfraquecimento das unidades estaduais e agências, a ausência de debate real com os trabalhadores sobre os rumos do Instituto e a tentativa de criação de um estatuto que centralizaria as decisões na presidência e reduziria o papel do Conselho Diretor.

**Com tiranos, não combinam
brasileiros corações.
E com trabalhadores organizados,
não há projeto autoritário
que se imponha sem resistência.**

Acusações, ruptura do diálogo e ataques ao sindicato: entenda a controvérsia envolvendo a presidência do IBGE.



confira a matéria

Pochmann tenta associar a crise a interesses corporativos, mas os fatos mostram outra realidade

Atualmente, o Comitê Gestor de Carreira está sem mandato e por isso decisões, que afetam a vida da categoria, são tomadas sem apreciação dessa instância. Além disso, a ausência do comitê dificultará o debate sobre carreira.

Enquanto a presidência fala em “pluralidade” e “participação”, servidores convivem com retirada de direitos, insegurança institucional, pressão por metas, mudanças impostas de cima para baixo e crescente desvalorização do corpo técnico responsável pela credibilidade histórica do IBGE.

Também não corresponde à realidade a tentativa de apresentar os chamados “Diálogos IBGE 90 anos” como espaços efetivos de construção democrática. O que os trabalhadores têm denunciado é justamente a falta de escuta concreta das críticas apresentada pela entidade representativa e pelas bases da categoria. Debate sem incorporação das reivindicações não pode ser tratado como participação real.

A atual gestão tenta enquadrar qualquer oposição como resistência à “modernização”. Esse discurso é perigoso. Os trabalhadores do IBGE nunca foram contrários à modernização tecnológica, à inovação ou ao aperfeiçoamento institucional. O problema é utilizar a ideia de modernização como justificativa para ampliar precarização, flexibilizar relações de trabalho e concentrar decisões estratégicas sem controle democrático.

A verdadeira modernização do IBGE passa pela valorização dos servidores efetivos, realização de concursos públicos permanentes, ampliação dos direitos dos trabalhadores temporários, fortalecimento das agências, ampliação da autonomia técnica, democratização interna e garantia de condições adequadas de trabalho. Não existe reconstrução institucional baseada em precarização.

O IBGE chegou aos seus 90 anos graças ao compromisso histórico de seus trabalhadores e trabalhadoras, que atravessaram diferentes governos mantendo a qualidade da produção estatística e geocientífica do país. Governos passam. Gestões passam. Quem sustenta o Instituto diariamente são os servidores.

A ASSIBGE-SN seguirá denunciando qualquer projeto que ameace a natureza pública do IBGE e continuará defendendo um Instituto forte, público, democrático, com valorização dos trabalhadores e compromisso com a sociedade brasileira.

ASSIBGE ajuíza ação contra restrições indevidas na indenização de campo

Sindicato pede invalidação de restrições contidas na R.CD nº 14/2026

A ASSIBGE-SN volta a alertar a categoria sobre as restrições impostas pelo IBGE ao pagamento da Indenização de Campo. A Resolução CD/IBGE nº 14/2026 mantém interpretação que limita o benefício apenas às atividades realizadas em ambiente aberto, excluindo diversas atividades de campo desenvolvidas em empresas, cartórios, órgãos públicos e outros estabelecimentos.

Para o Sindicato, essa interpretação restringe indevidamente um direito previsto em lei e prejudica a execução de importantes pesquisas do Instituto. Diante desse cenário, a orientação é que servidores e servidoras continuem solicitando a Indenização de Campo e, em caso de negativa, guardem toda a documentação comprobatória para resguardar seus direitos, inclusive para eventual cobrança judicial. A Secretaria Jurídica da ASSIBGE-SN já analisa o caso e divulgará em breve as providências que serão adotadas.



[confira a matéria](#)



Confira o encarte, texto completo também disponível no site

Informe sobre a reunião da Bancada Sindical com o MGI

No dia 25 de junho, representantes da bancada sindical reuniram-se com o Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), em Brasília, para discutir as principais reivindicações dos servidores públicos federais. Antes do encontro, as entidades realizaram uma reunião preparatória na sede do Fonacate, definindo como prioridades a recomposição salarial para 2027, a regulamentação da Convenção 151 da OIT, a equiparação dos benefícios entre os Poderes, a criação do auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas, a revogação de medidas prejudiciais ao funcionalismo, a realização de concursos públicos, a valorização das carreiras e a garantia de recursos na PLDO de 2027.

Durante a reunião, a bancada sindical alertou que as limitações previstas na PLDO podem impedir avanços nas negociações salariais e cobrou do governo a realização de uma rodada extraordinária da Mesa Nacional de Negociação Permanente, em agosto, para tratar especificamente do tema. O secretário do MGI, José Feijó, informou que a proposta será analisada.

RCD sobre progressão funcional gera questionamentos entre servidores

A publicação da RCD nº 06/2026, que altera os critérios para progressão funcional no IBGE, tem gerado dúvidas entre os trabalhadores quanto à sua fundamentação jurídica, ao processo de elaboração da norma e aos impactos sobre o desenvolvimento na carreira. Diferentemente da RCD nº 24/2022, que vinculava expressamente seus procedimentos ao § 3º do art. 145 da Lei nº 11.355/2006, a nova resolução faz apenas referência genérica à legislação, ao mesmo tempo em que endurece os critérios para progressão, com aumento da nota mínima exigida, imposição de 12 meses ininterruptos para contagem do interstício e novas restrições ao aproveitamento de períodos avaliativos.

As mudanças podem resultar no adiamento da progressão funcional de parte significativa dos servidores, afetando diretamente sua evolução na carreira. Também levantam dúvidas quanto à sua compatibilidade com a legislação vigente, já que a Lei nº 15.141/2025 alterou diversos dispositivos da Lei nº 11.355/2006, mas não modificou o art. 145, principal fundamento legal para o desenvolvimento funcional das carreiras abrangidas. Até o momento, não foram apresentados estudos que demonstrem a necessidade das alterações promovidas pela resolução ou sua relação com a nova legislação.

Outro ponto de preocupação é o processo de governança adotado. A definição de critérios de progressão constitui matéria diretamente relacionada à carreira e, por isso, seria esperado que fosse apreciada pelo Comitê Gestor do Plano de Carreiras e Cargos (CGPCC), instância prevista em lei para acompanhar essas políticas. No entanto, o comitê encontra-se inativo e a resolução foi aprovada sem a participação das instâncias internas de governança e sem debate com as entidades representativas dos trabalhadores, apesar de o tema integrar a pauta de negociação entre a ASSIBGE-SN e o Ministério da Gestão e da Inovação (MGI).

Diante desse cenário, servidores têm solicitado esclarecimentos sobre os fundamentos jurídicos da RCD nº 06/2026, os estudos que embasaram a medida e seus impactos sobre a progressão funcional. A ASSIBGE-SN acompanhará o tema e defenderá que alterações com efeitos diretos sobre a carreira dos trabalhadores sejam discutidas de forma transparente, participativa e em conformidade com a legislação vigente, respeitando as instâncias de governança e negociação previstas para esse tipo de decisão.



[confira a matéria](#)



[confira a matéria](#)